



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Coordenação-Geral de Gestão do Território

ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO PLANO SUB-REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO XINGU - CGDEX

Participantes: Consultar lista de presença em Anexo 1.

Aos 14 dias de setembro de 2023, das 09h57min às 18h21min, realizou-se a segunda reunião ordinária do Comitê Gestor do Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu - CGDEX, no auditório da Associação do Consórcio de Municípios de Belo Monte - ACBM.

A reunião foi coordenada pelo Sr. Vitarque Coelho, representante do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional – MIDR, o qual explanou sobre as pautas que seriam discutidas durante a reunião. Citou que seria necessário a formação de dois (02) grupos de trabalho, onde seriam discutidos acerca da revisão do novo decreto e o regimento do PDRSX (Grupo de Trabalho 1), e sobre as análises dos projetos paralisados (Grupo de Trabalho 2). Informou ainda que no período da tarde haveria a apresentação de nove (09) projetos, os quais seus respectivos proponentes iriam expor as solicitações e justificativas, para posterior deliberação do colegiado. A apresentação dos demais projetos ocorreriam de forma remota, com apoio da gestora. Informou ainda, que por recomendação da Controladoria Geral da União – CGU, fosse realizada uma avaliação das ações já realizadas do plano, com o intuito de viabilizar o planejamento estratégico das novas ações e investimentos a novos projetos. Neste sentido, seria proposto a criação de um grupo de técnico para elaboração do próximo edital, considerando uma revisão no sistema de avaliação deste.

A sra. Mônica Soares (Coletivo de Mulheres Negras Maria Maria - COMUNEMA) questionou se o planejamento estratégico contemplará a abertura de novos editais, uma vez que, as novas entidades membros do CGDEX têm expectativas e perspectivas em pleitear projetos.

Em resposta o sr. Vitarque Coelho (MIDR) reiterou a recomendação da CGU, para que a abertura de novos editais seja embasada pela avaliação da primeira fase do plano e o planejamento estratégico, definindo as prioridades, bem como, direcionando a aplicação dos recursos, como por exemplo, para cadeias produtivas estratégicas, com o intuito de promover um legado de desenvolvimento para a região. Chamou a atenção para que este planejamento, assim como, a revisão do novo decreto e a atualização do regimento, sejam construídos juntos com a participação de todo o colegiado. Pontuou que se unirem os esforços para a conclusão das ações, possivelmente, em março do ano de 2024 tenhamos um lançamento de edital.

O sr. João Batista (Casa Civil – Governo Estadual) chamou a atenção para que a reunião fosse pragmática, de modo que sejam objetivas. Expressou que o “ritmo” do PDRSX é dado pelo colegiado, embora seja realizada a revisão do plano, as diretrizes: ambiental e fundiária; desenvolvimento da agricultura e fomento; e o desenvolvimento social, sempre serão retomadas. Pontuou ainda, que não serão aceitas ingratidões, uma vez que o investimento aplicado em muito projetos trouxe desenvolvimento para a região, seja no âmbito de organização social, desenvolvimento da agricultura, suporte à saúde durante a pandemia do COVID-19, apoio a educação e formação de profissionais de nível superior como os cursos de medicina e engenharia agrônoma. Citou que, assim como diversos outros editais de fomento, o PDRSX teve uma margem de insucesso, não devendo somente ser levada em consideração, pois sombreia as ações dos projetos de sucesso.

Pois, foram realizados anteriormente a este Comitê, diversos momentos de planejamento estratégicos. O passado do plano, certamente viabilizou experiências para os novos caminhos do PDRSX. Continuou dizendo, que existe uma ansiedade na retomada das ações, uma vez que não foram abertos editais nos últimos anos. Finalizou lembrando que as tomadas de decisões serão do colegiado, e reiterou a celeridade na vista dos projetos que foram cancelados sem a presença de um Comitê Gestor, uma vez que a gestora e a Norte Energia não poderiam decidir sozinhas.

O sr. Maurício Miranda (SEDAP) complementou, que os órgãos da esfera estadual manifestam uma ansiedade na abertura de novo edital, devido ao período que não houve abertura de editais. Finalizou solicitando as instituições presentes a unirem esforços para a uma mobilização em prol a abertura de um novo edital o quanto antes, para o avanço das ações do PDRSX.

A sra. Antônia (FVPP) citou que o PDRSX é uma experiência jamais vista na região e no estado do Pará, e gostaria que fosse valorizado todas as ações assertivas. Corroborando com a fala dos representantes do estado, manifestou sua opinião a respeito das ações de desenvolvimento ocorridas na região, promovidas através dos aportes de recursos em projetos no âmbito do PDRSX. Expressou sua preocupação em pautas necessária para o novo edital, tais como, políticas públicas em prol das mulheres. Chamou atenção para todas as ações que promoveram desenvolvimento na região, sobretudo na área da saúde.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) frisou que o relatório da CGU foi construído por um órgão que regulamenta, acompanha e monitora as ações do executivo federal. Informou ainda, que o MIDR poderia ter sofrido sanções, após o relatório apresentar muitas lacunas na gestão do PDRSX nos últimos anos. Lembrando que o referido documento descreve algumas recomendações a serem seguidas e que seria de extrema importância segui-las antes da abertura de novos editais. Recomendou uma avaliação de planejamento para os próximos passos do Plano.

A sra. Josiane Araújo (CREAX), manifestou seu anseio na deliberação das demandas do Comitê. Lembrando sobre a situação dos projetos paralisados e cancelados, onde, em sua opinião, cabe ao CGDEX a decisão de retomadas desses projetos, não havendo necessidade de análises jurídicas, salvo nos casos em que os proponentes apresentem suas colocações. Corroborou com a fala dos demais na retomada da abertura de novos editais, após muitos anos parados. Acredita que com o novo governo as necessidades da sociedade possam ser atendidas. Sugeriu que essa pauta possa avançar com mais celeridade, não somente durante a reunião presencial a cada três meses.

Simone Noronha (MIDR) frisou que não é somente do interesse dos técnicos do MIDR, como também do Governo Federal, o desenvolvimento de políticas públicas para as pessoas, sobretudo para a região do Xingu. Ressaltou, que faz parte do trabalho dos técnicos ir a campo, para conhecimento da realidade, com também os instrumentos de legalidade das ações. Salientou que se faz necessário organizar os instrumentos de gestão do plano, tais como: decreto, regimento interno, avaliação de novos projetos estruturante para região, entre outros, para poder seguir. Para tanto, frisou que os técnicos estão comprometidos, assim como o governo federal, para trabalhar em conjunto. Lembrando, que os projetos cancelados estão em análise pelo jurídico da gestora e posteriormente passarão por análise jurídica da Norte Energia. A análise jurídica é necessária para que o processo seja legal, perante as frequentes avaliações da CGU. Finalizou, que o tempo para deliberação das demandas do plano dependerá do ritmo do CGDEX, participando das reuniões com comprometimento.

O sr. Claudomiro Gomes (ACBM) cumprimentou a todos, citou que apesar das ações do CGDEX estejam atrasadas é necessário que a pauta da reunião seja cumprida. Manifestou que os prefeitos vivem essa experiência de vigilância dos órgãos controladores, sejam nas esferas municipais, estaduais e federais, embora não estejam acostumados é necessária. Se mostrou disponível para contribuir e aprender com todo o colegiado.

Em continuidade, foi realizada a leitura ata da 1ª Reunião Ordinária, na ocasião esta foi aprovada pela maioria dos membros presentes, ocorrendo uma abstenção. Posteriormente, os membros foram divididos em dois Grupos de Trabalho (GT) para a continuidade da reunião.

Deliberação: Ata da 1ª reunião Ordinária do CGDEX aprovada por maioria dos membros presentes e uma abstenção.

No GT1, criado para avaliação do decreto e regimento interno do PDRSX, dos 10 artigos disponíveis foram discutidos e sugeridas propostas para os quatro primeiros artigos. Os demais artigos, assim como, o regimento interno, serão discutidos na próxima reunião a ser definida. No Anexo 2 pode ser consultada a versão editada.

No GT2, criado para análise dos 44 projetos paralisados no PDRSX, o colegiado analisou e apontou recomendações sobre 11 projetos paralisados. Os demais projetos paralisados, serão discutidos na próxima reunião a ser definida. Os encaminhamentos para os projetos analisados podem ser consultados no Anexo 3.

No período da tarde, o sr. Vitarque Coelho (MIDR) fez a leitura da pauta prevista para discussão no período da tarde e rememorou que no período da manhã foi realizada a divisão dos membros do Comitê sendo um grupo para análise do decreto e regimento interno e outro para análise dos projetos. Ressaltou que não foi possível concluir a análise e que seria necessário nova reunião, realizada por videoconferência, para finalização da análise e alterações no decreto para posterior encaminhamento à Casa Civil. No grupo da análise dos projetos também seria necessário reunir para conclusão por meio de videoconferência.

A sra. Monica Brito (COMUNEMA) pontuou que a análise dos projetos é complexa e seria necessário a realização de forma presencial.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) pontuou que a sugestão de reuniões remotas é para otimizar o tempo e recursos posto a logística necessária para as reuniões presenciais. Mas ficaria a critério do Comitê decidir o que melhor atende às necessidades.

Em seguida, passou-se ao período de apresentação das solicitações apresentadas pelas instituições proponentes para o desenvolvimento das ações dos projetos.

Projeto 059/2015 – A sra. Josinara Garcia (Synergia) fez um resumo da situação do projeto, pontuando que já foi realizado um estudo de viabilidade técnica e iniciada a construção do prédio. O Estudo de viabilidade realizado apontou que a agroindústria teria viabilidade. A construção não foi finalizada porque a empresa contratada informou que seria inviável a construção com o recurso disponível. Em 08/03/2023 a instituição proponente enviou o ofício nº 001/2023 solicitando o aporte de recursos no valor total de R\$ 831.474,89 sendo o valor de R\$ 429.554,89 referente ao aporte para a obra e o valor de R\$ 401.920,00 referente aquisição de equipamentos e veículo. Justificou a solicitação informando que os valores da obra e equipamentos sofreram aumentos significativos desde a aprovação do projeto e que seria inviável a execução do projeto com o valor atual. A solicitação foi apresentada à Governança provisória em 10/03/2023, no entanto, a Governança entendeu que deveria aguardar a implementação do novo Comitê Gestor para análise e deliberação.

O sr. Geová Bezerra (ASCOTRANVI) informou que todos os atrasos ocorridos no projeto têm prejudicado o desenvolvimento das ações propostas. Relatou que o projeto foi muito aguardado pelo público beneficiário, muitos produtores fizeram financiamento para a compra de matrizes bovino leiteiras com a expectativa de fornecer o leite à agroindústria. No entanto, passado todo o tempo desde a aprovação do projeto, a proposta está desacreditada pelos beneficiários. A fim de, dar-se continuidade as ações, a instituição proponente contratou uma empresa para atualização orçamentária da obra, conforme solicitado pela Governança Provisória, e viu-se a necessidade de aporte de recursos ao projeto. Sem o aporte não é possível a continuidade das atividades.

Após as discussões e votação, entendeu-se que deveria ser realizada nova análise do EVTE para verificação se o projeto ainda será viável.

Encaminhamento: A Gestora encaminhará o EVTE ao Comitê Gestor. O Comitê avaliará o projeto na próxima reunião online.

Projeto 323/2017 – A sra. Josinara Garcia (Synergia) fez um resumo da situação do projeto pontuando que em 2020 foi aprovado pela Governança Provisória o aporte de recursos ao projeto no valor de R\$ 1.073.124,80 destinado a apoiar a turma fora de sede do Programa de Pós-graduação em Agronomia, ofertado pela UFRA. Posteriormente, iniciou-se as tratativas para ajustes na minuta do ACTF, a fim de adequar-se às normas do PDRSX, FADESP, UFRA e UFPA. Após início da tramitação na UFPA o processo teve que ser finalizado, pois devido a questões legais, não seria possível receber recurso externo para financiar projetos de

ensino. Considerando o exposto, a UFRA assumiu a responsabilidade de dar continuidade ao programa com recursos próprios. Desta forma, o recurso do projeto seria destinado a realização de pesquisas voltadas à cacauicultura. O novo contrato iniciou a tramitação na UFPA.

A sra. Vivian Farias (UFPA) realizou uma explanação sobre o projeto e informou que houve entrave na assinatura, considerando que a Procuradoria entende que sendo a Norte Energia como financiadora deveria fazer parte do contrato tripartite. A Norte Energia por sua vez, informou que a empresa Synergia, Gestora do PDRSX, está autorizada a representar a empresa na assinatura do contrato. Assim, não haveria necessidade de participar do contrato. Desta forma, solicitou a contribuição do Comitê Gestor para solucionar o impasse.

Encaminhamento: Realizar reunião com a Procuradora Federal da UFPA com a participação do jurídico da Norte Energia, FADESP, representantes do CGDEX e MIDR para esclarecimento das dúvidas e prosseguimento da assinatura do ACTF.

Projeto 213/2017 - O sr. Flavio (ACEP) apresentou a proposta de repactuação, explicou o que estava previsto inicialmente e o que foi proposto pela instituição para a retomada do projeto (Anexo 4). Inicialmente projeto previa a realização de suas ações em 5 municípios e previa alfabetizar 400 pessoas. A proposta de repactuação reduz para 04 o número de municípios (Altamira, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Brasil Novo) e 180 educandos nesses municípios. Será realizada a contratação de profissionais para realização das capacitações nos municípios, produção de material pedagógico e cadastramento de educandos. O período de contratação da equipe técnica será de 09 meses e será reduzido o número de 10 para 06.

Encaminhamento: Aprovada a repactuação do projeto.

Projeto 285/2017 – A sra. Maria Piloneto (MMCC) explicou que devido a oscilação no fornecimento de energia elétrica, a câmara fria adquirida para a agroindústria apresentou problemas de funcionamento e houve prejuízos devido a perda das polpas de frutas que estavam armazenadas. Assim, a instituição solicita autorização para aquisição de 04 freezers. Informou também que foi aberto processo de compras para aquisição da despulpadora, no entanto, as propostas apresentadas ultrapassavam o valor referencial e os fornecedores não aceitam a forma de pagamento. Dessa forma, solicitou que fosse realizado repasse de recursos à instituição para a aquisição da despulpadora, já que com o valor em mãos é mais fácil negociar. O valor do repasse é de R\$ 11.400,00.

Encaminhamentos: Aprovada a aquisição dos 04 freezers. A gestora verificará com a Norte Energia a forma de viabilizar o repasse de recurso.

Projeto 288/2017 – O projeto foi posto em pauta, mas a sra. Maria Piloneto (MMCC) explicou que ainda tem atividades para serem executadas e ainda não entrou em consenso com as demais associadas, quanto ao que será feito na repactuação. Assim será necessário elaborar a proposta de repactuação para posterior deliberação do Comitê Gestor.

Encaminhamento: A proponente fará a proposta de repactuação do projeto e apresentará na próxima reunião do Comitê Gestor.

Projeto 289/2017 - O sr. Wagney Santos (ADCIT) explicou que a proposta de repactuação terá a redução de um município beneficiário, serão atendidos 05 municípios. No entanto, as metas e atividades serão executadas conforme o previsto inicialmente. Relatou que os itens adquiridos na primeira etapa do projeto já estão obsoletos, considerando os avanços tecnológicos. Para adequar-se ao recurso disponível a instituição suprimiu alguns equipamentos previstos no projeto, já que alguns destes já foram adquiridos por outras parcerias. A proposta do projeto é capacitar 50 alunos em mídias sociais.

Foi solicitado pelo sr. João Batista vista ao projeto para análise e acatado pelos demais membros do Comitê Gestor.

Encaminhamento: A gestora deverá encaminhar a Nota Técnica ao Comitê Gestor para avaliação dos membros e deliberação na próxima reunião. O MIDR solicitou que, caso retomado o projeto, ao final do curso os alunos promovam conteúdo sobre projetos de sucesso do PDRSX.

Projeto 295/2017 – O proponente apresentou a proposta de repactuação, no entanto, considerando o que fora discutido no projeto anterior os membros do Comitê pediram vista ao projeto e solicitaram que fosse encaminhada a nota técnica elaborada para análise e posterior deliberação.

Encaminhamento: A Gestora encaminhará a Nota Técnica do projeto ao Comitê.

Projeto 093/2013 – A sra. Suellen Alves explicou que atualmente a Secretaria de Assistência Social já possui o banco de dados do CadÚnico atualizado. Dessa forma, entende-se que o que fora proposto no projeto já foi executado. Assim, a proposta é que o recurso disponível no projeto para realização da contratação de consultoria para levantamento de dados das famílias para cadastramento no CadÚnico fosse utilizado para aquisição de equipamentos que fortalecerão as unidades descentralizadas de atendimento, promovendo um melhor atendimento à população beneficiária, principalmente da zona rural.

A lista dos equipamentos citado pela sra. Suellen foi apresentada via ofício nº 247/2023/GAB/SEMAPS sendo: 16 unidades de microcomputador, 16 unidades de monitor, 16 unidades de teclado, 16 unidades de mouse, 16 unidades de caixa de som para PC, 16 unidades de nobreak, 6 unidades de impressora, 2 unidades de notebook, 5 unidades de microfone com fio, 1 unidade de HD externo, 2 unidades de fone de ouvido com microfone, 1 unidade de violão elétrico.

Encaminhamento: Aprovada a solicitação de remanejamento de recurso.

Projeto 326/2017 – A sra. Josinara Garcia apresentou a situação do projeto e informou que o proponente relatou que é inviável a continuidade das ações do projeto conforme previsto inicialmente, devido ao tempo transcorrido e solicitou que o saldo fosse utilizado para realização de oficinas relacionadas ao manejo da lavoura cacaueteira e aquisição de itens relacionados a execução desses eventos. Além disso, está sob posse da gestora uma motocicleta adquirida para o projeto, pois devido à ausência da repactuação o veículo não foi entregue à instituição. Assim é necessária deliberação quanto a repactuação e quanto a entrega do veículo à instituição.

O sr. José Justino (STTR) relatou toda a dificuldade de continuidade do projeto já que houve consideráveis aumentos de preços dos itens e é inviável a continuidade com o saldo. Por esse motivo, a proposta é utilizar o recurso restante na realização das oficinas. Relatou que caso a proposta de repactuação não seja aceita a instituição solicitará o encerramento do projeto. Anteriormente, o projeto previa a contratação de técnicos para a assistência técnica e extensão rural aos produtores.

O sr. Claudomiro Gomes informou que devido à Prefeitura de Altamira realizar atividades na Vila Canópus, localidade que fica próxima ao município de São Félix do Xingu, a secretaria de agricultura poderá apoiar a instituição na repactuação do projeto, caso seja de interesse da proponente.

Proposto e apoiado pelos membros do Comitê Gestor que embora o projeto pertença ao município de São Félix do Xingu e que este, pelo novo Decreto, já não faz mais parte da área de abrangência do PDRSX, é necessário a conclusão do projeto e apresentação de resultados, já que houve investimentos realizados.

Encaminhamento: Aprovada a entrega da motocicleta ao STTR. O proponente apresentará a proposta de utilização do saldo do projeto, se necessitar, a Prefeitura de Altamira auxiliará na elaboração.

MANUAL DE GESTÃO DO PDRSX

A sra. Josinara Garcia rememorou que o Manual de Gestão é um produto elaborado pela Synergia por solicitação da Governança provisória, o Ministério do Desenvolvimento Regional. Ressaltou que a versão final deveria ser apresentada para o Comitê Gestor após sua posse para contribuições e aprovação. Rememorou que o documento foi disponibilizado aos membros do Comitê para contribuições, após a apresentação na 1ª reunião ordinária do Comitê Gestor realizada em junho de 2023.

A sra. Simone Noronha (MIDR) rememorou que a previsão inicial de posse do novo Comitê Gestor seria dezembro de 2022. Mas somente em junho de 2023 foi dada posse aos membros.

O sr. Paulo Vítor (Synergia) esclareceu que o manual estabelece diretrizes básicas para a execução dos projetos.

O sr. Eduardo Camilo (Norte Energia) pontuou que o Comitê Gestor pode solicitar a revisão do documento a qualquer tempo, caso julgue necessário. Assim, é possível aprovar a versão apresentada e quando houver necessidade poderão ser realizados os ajustes necessários.

O sr. Vitarque Coelho (MIDR) sugeriu que fosse anexado ao manual um modelo de apresentação de projetos para padronização das apresentações de solicitações apresentadas pelas instituições proponentes. Além disso, sugeriu que as apresentações tenham no máximo 10 minutos.

O sr. João Batista (Casa Civil) pontuou que a forma que atualmente são realizadas a execução dos projetos, em que todas as compras são concentradas na gestora, acarreta atrasos na execução das atividades, finalização e alcance dos objetivos. Citou exemplos de outros financiadores em que o recurso é repassado à instituição proponente e esta, por sua vez, é a responsável por toda a execução. Sugeriu que posteriormente o Comitê Gestor possa discutir a possibilidade de repasse à instituição.

Toda documentação citada no Manual deverá ter um modelo e ser anexado ao documento. Aprovada a versão apresentada do Manual pela maioria do membros presentes, com uma abstenção, sra. Antônia Martins. O documento e seus anexos serão disponibilizados no site oficial do PDRSX.

Encaminhamento: Aprovada a versão apresentada do Manual de Gestão. O Comitê poderá solicitar a qualquer tempo a alteração do documento.

GESTÃO E MUDANÇA DE ESCRITÓRIO DO PDRSX

A sra. Luciene Santos (Synergia) informou que a empresa Synergia permanecerá na gestão do PDRSX, no entanto, haverá mudança de contrato. Sendo o contrato atual finalizado em 30/09/2023 e considerando que será necessário a mudança de escritório, viu-se a necessidade de apresentar a situação do patrimônio do PDRSX, a fim de destinar os itens inservíveis e demais itens do acervo patrimonial.

Patrimônio do PDRSX

A sra. Luciene Santos (Synergia) realizou uma apresentação contendo fotos dos itens apresentando o estado de conservação, Anexo 5. Pontuou que alguns itens estão inservíveis e outros em desuso dessa forma é necessária análise do Comitê, a fim de verificar qual será a destinação desses materiais. O patrimônio é composto por itens de informática, móveis e eletrodomésticos.

A sra. Josinara Garcia (Synergia) ressaltou que alguns itens foram adquiridos em 2013 e os mais recentes em 2017. Embora alguns itens ainda funcionem, estes apresentam tecnologia defasada e estão em desuso. Nesse caso, a gestora necessita de autorização do Comitê Gestor para o descarte dos itens inservíveis e doar os itens que ainda poderão ser utilizados.

A sra. Josiane Araújo (CREAX) sugeriu a doação às organizações que necessitem de equipamentos para apoio na realização de suas atividades. Se colocou à disposição para indicar algumas instituições que poderão receber os itens.

O sr. Eduardo Camilo (Norte Energia) recomendou que seja realizado o registro e elaborado relatório contendo os itens e para onde foram destinados, para que não haja questionamentos futuros.

Encaminhamento: Aprovada que a gestora elabore relatório de patrimônio, contendo o que deverá ser descartado e o que poderá ser doado. Aos itens que serão doados a gestora entregará por meio de termo de doação próprio.

Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada às 18h20min.

Vitarque Lucas Paes Coelho
Coordenador Geral - MIDR

Simone Leite de Noronha
Coordenadora - MIDR

Wallace Vitor Leão Feitosa
MIDR

João Batista Uchoa Pereira
Governo do Estado – CGDEX

Mônica Brito Soares
COMUNEMA – CGDEX

Mauricio Miranda Nascimento
SEDAP – CGDEX

Antônia Pereira Martins
FVPP – CGDEX

José Matosalem Chaves Almeida
STTR – CGDEX

Josinara Galdino Garcia
Synergia

Luciene Diniz dos Santos
Synergia

Claudomiro Gomes da Silva
ACBM

Geová Bezerra
ASCOTRANVI

Vivian Dielly da Silva Farias
UFPA

Maria Alves Piloneto
MMCC

Wagney dos Santos e Santos
ADCIT

Paulo Vitor dos Santos Silva

Synergia

Eduardo Luiz Pinto Camillo
Norte Energia

Suelen da Silva Alves
SEMAPS/ Prefeitura de Altamira

Flavio Moreira de Paula
ACEP

59000.008966/2020-90

4717521v1



Documento assinado eletronicamente por **Simone Leite de Noronha Martins, Coordenador(a) Geral de Gestão do Território, Substituto(a)**, em 27/11/2023, às 17:57, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wallace Vitor Leão Feitosa, Usuário Externo**, em 27/11/2023, às 18:06, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Josinara Galdino Garcia, Usuário Externo**, em 27/11/2023, às 18:09, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Vitarque Lucas Paes Coelho, Coordenador(a) Geral de Gestão do Território**, em 27/11/2023, às 18:31, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIENE DINIZ DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 27/11/2023, às 18:44, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Luiz Pinto Camillo, Usuário Externo**, em 27/11/2023, às 19:20, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO VITOR DOS SANTOS SILVA, Usuário Externo**, em 28/11/2023, às 08:40, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MATOSALEM CHAVES ALMEIDA, Usuário Externo**, em 01/04/2024, às 14:09, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Monica Brito Soares, Usuário Externo**, em 19/04/2024, às 15:13, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JESSICA DE SOUZA OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 29/04/2024, às 09:42, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO BATISTA UCHOA PEREIRA, Usuário Externo**, em 29/04/2024, às 10:36, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Araujo de Freitas, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 10:53, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Lopes de Oliveira, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 10:57, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Carlindo Lima da Silva, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 11:08, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Antonia Pereira Martins, Usuário Externo**, em 26/08/2024, às 09:04, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4717521** e o código CRC **F4D68296**.
